

# **Estatísticas Monetárias e de Crédito**

**Nota para a Imprensa**

28.6.2021



**BANCO CENTRAL  
DO BRASIL**

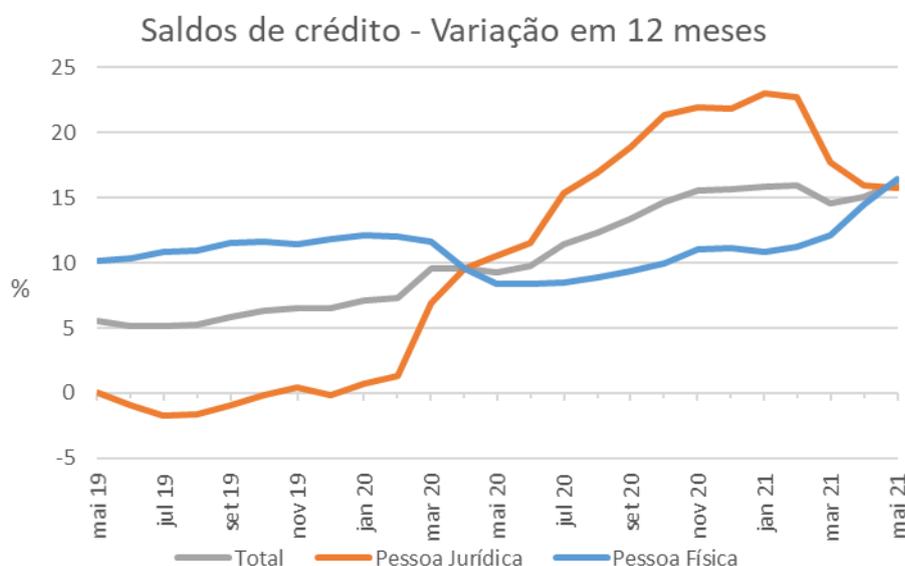
## 1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em maio, o crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$12,4 trilhões (156,5% do PIB), aumentando 0,8% no mês. A variação mensal refletiu crescimentos no mercado local de 1,2% nos empréstimos e financiamentos e de 1,8% nos títulos de dívida. Já a dívida externa declinou 1,7% refletindo a apreciação cambial de 3,17% no mês. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 14,6%, resultado principalmente da elevação da carteira de empréstimos do SFN e de títulos públicos.

O crédito ampliado a empresas situou-se em R\$4,3 trilhões (54,2% do PIB), com redução de 0,7% no mês. Esta variação foi resultado de comportamentos diversos entre seus componentes: os empréstimos permaneceram estáveis (-0,1%), a carteira de títulos cresceu 2,7% e a dívida externa diminuiu 2,8%, impactada pelo efeito da apreciação cambial. Em 12 meses, a variação de 7,1% reflete principalmente o aumento de 15,3% na carteira de empréstimos do SFN e de 13,2% na carteira de títulos no período.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$2,6 trilhões (32,5% do PIB), com crescimento de 1,6% no mês e 15,8% em doze meses, em função do desempenho dos empréstimos do SFN.

## 2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



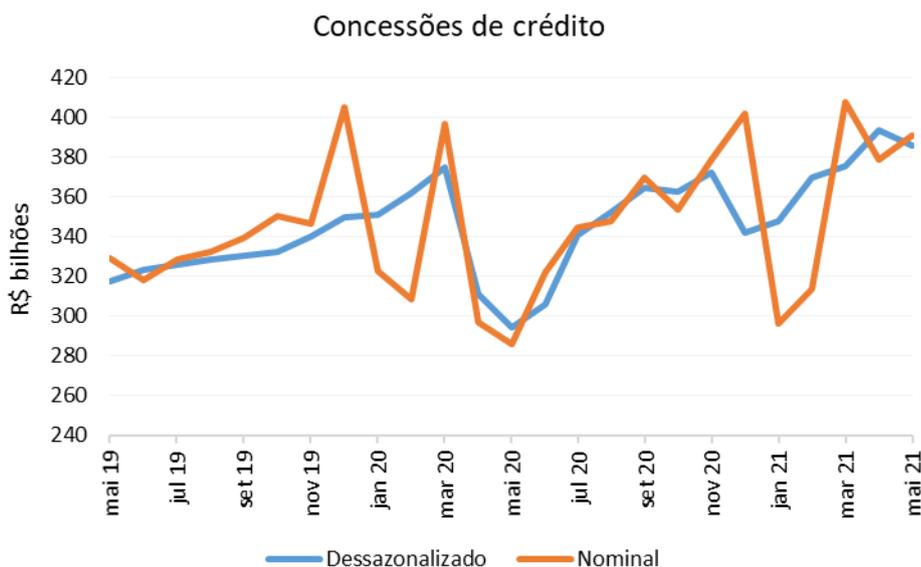
O saldo das operações de crédito do SFN alcançou R\$4,2 trilhões em maio, aumento de 1,2% no mês, com crescimento tanto na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$1,8 trilhão, expansão de 0,7%) quanto na de pessoas físicas (R\$2,4 trilhões, +1,7%). Em doze meses, o crescimento da carteira total acelerou de 15,1%, em abril, para 16,1%, em maio. A carteira de pessoas físicas manteve aceleração, de 14,5% para

16,5%, enquanto a de pessoas jurídicas permaneceu em desaceleração, de 16,0% para 15,7%.

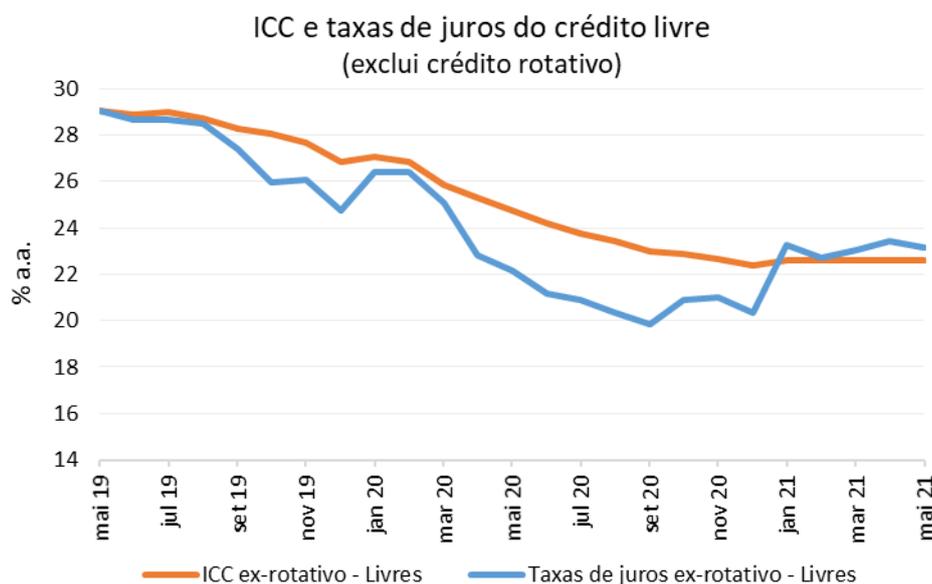
O crédito livre para empresas totalizou R\$1,1 trilhão, crescendo 1,4% no mês e 13,6% em doze meses, com destaque para capital de giro, ACC e adiantamento de recebíveis. O crédito livre a pessoas físicas totalizou R\$1,3 trilhão, com aumentos de 2,0% no mês e 17,9% em doze meses, distribuídos entre diversas modalidades: cartão à vista, crédito consignado, crédito pessoal não consignado e aquisição de veículos.

No crédito direcionado, a carteira de pessoas jurídicas contraiu -0,5% no mês e cresceu 19,5% em 12 meses, situando-se em R\$676 bilhões em maio. O saldo com pessoas físicas alcançou R\$1,1 trilhão, com

expansões de 1,3% no mês e de 14,8% em 12 meses, influenciado principalmente pelas carteiras de financiamento imobiliário e de crédito rural.



As concessões totais de crédito somaram R\$391,3 bilhões em maio. Na série com ajuste sazonal, houve redução de 1,9% no mês, devido a variações de 0,9% em pessoas jurídicas e de -2,1% em pessoas físicas. No acumulado do ano, comparado ao mesmo período do ano anterior, as concessões dessazonalizadas cresceram 10,6%, compostas por expansões de 3,0% em pessoas jurídicas e de 18,7% em pessoas físicas.



O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, permaneceu estável no mês, em 17,2% a.a., e manteve sua trajetória de redução na comparação interanual (-2,0 p.p.). No crédito livre não rotativo, o ICC teve comportamento semelhante, de estabilidade no mês (22,6% a.a.) e redução na comparação interanual (-2,1 p.p.). O *spread* geral do ICC situou-se em 12,1 p.p., com redução

em ambas as bases de comparação (-0,1 p.p. e -1,6 p.p. respectivamente).

A taxa média de juros das operações contratadas em maio situou-se em 19,9% a.a., com quedas de 0,4 p.p. no mês e de 0,8 p.p. em doze meses. O *spread* geral das taxas das concessões situou-se em 14,5 p.p., com declínios de 0,5 p.p. e 2,2 p.p., nos mesmos períodos.

No crédito livre, a taxa média de juros das concessões atingiu 28,5% a.a., registrando redução de 0,5 p.p. no mês e 1,4 p.p. na comparação interanual. No crédito livre às empresas, a taxa média de juros reduziu

0,1 p.p. no mês, para 14,6% a.a., destacando-se a redução na modalidade de repasse externo que compensou a elevação do mês anterior. Na comparação interanual, observou-se aumento de 0,4 p.p. No segmento de famílias, a taxa média de juros atingiu 39,9% a.a., declínio de 1,2 p.p. no mês, destacando-se redução no crédito pessoal não consignado (-5,3 p.p.). Na comparação interanual, a taxa do crédito livre às famílias declinou 3,8 p.p.

A inadimplência situou-se em 2,3%, variação de 0,1 p.p., distribuída entre os segmentos de pessoas jurídicas (0,2 p.p.) e pessoas físicas (0,1 p.p.). Nas operações com recursos livres, a inadimplência atingiu 3,0%, com variação de 0,1 p.p., enquanto nas com recursos direcionados, situou-se em 1,4%, com variação de 0,2 p.p., originada no segmento de empresas (0,6 p.p.).

### **3. Agregados monetários**

A base monetária totalizou R\$403,5 bilhões em maio, diminuição de 4% no mês e crescimento de 9,6% em doze meses. No mês, houve redução de 0,8% no papel-moeda emitido e 17,4% nas reservas bancárias.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se os impactos contracionistas das operações com títulos públicos federais, R\$12,7 bilhões (colocações líquidas de R\$57,1 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$44,4 bilhões no mercado secundário); as operações com derivativos, R\$11 bilhões; e as operações da Linha Temporária Especial de Liquidez, R\$ 5,8 bilhões. Em compensação, apresentaram expansão as operações do Tesouro Nacional, R\$9,2 bilhões; as operações do setor externo, R\$4,6 bilhões; e os depósitos de instituições financeiras, R\$2,1 bilhões (liberações de recursos de depósitos a prazo, R\$2 bilhões; e recolhimentos de recursos de depósitos de poupança, R\$277 milhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$584,1 bilhões no mês, mantendo estabilidade em relação a abril, reflexo do decréscimo de 0,2% do papel-moeda em poder do público e da elevação de 0,5% dos depósitos à vista. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 avançou 0,9% no mês.

O M2 variou 0,3% no mês, totalizando R\$3,9 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança cresceu 0,3%, atingindo R\$1,0 trilhão, enquanto o saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras avançou 0,4%, totalizando R\$2,3 trilhões. No mês, foram registradas captações líquidas de apenas R\$73 milhões nos depósitos de poupança e de R\$4,4 bilhões nos depósitos a prazo. O M3 avançou 1,4% no mês, totalizando R\$8,2 trilhões. O saldo das quotas de fundos do mercado monetário registrou aumento de 2,4%, totalizando R\$4,1 trilhões. O M4 registrou variação de 0,8% no mês, totalizando R\$8,7 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 14,6%.

#### 4. Concessões ajustadas sazonalmente

Período	Concessões dessazonalizadas									Variação %		
	Livre			Direcionado			Total			PJ	PF	Total
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total			
No mês	-4,1	-2,3	0,4	17,3	-1,3	-3,4	0,9	-2,1	-1,9			
No trimestre	18,2	3,8	9,1	7,6	17,2	10,9	16,7	5,6	9,0			

#### 5. Alterações nas tabelas da Nota para Imprensa

##### 5.1. Cartão rotativo

Em 2017, no âmbito da Agenda BC+, a modalidade cartão de crédito rotativo foi desagregada em duas submodalidades: cartão de crédito rotativo regular (operações adimplentes) e cartão de crédito rotativo não regular (operações inadimplentes). A diferença nas taxas de juros dessas operações atingiu 276 p.p., em agosto de 2017.

A partir de 3 de abril de 2017, a Resolução nº 4.549 determinou que as IFs deveriam oferecer aos clientes do cartão rotativo, após 30 dias, possibilidade de parcelamento da operação em melhores condições. Em 1º de junho de 2018, a Resolução nº 4.655 eliminou a comissão de permanência (taxa de juros aplicada até então pelas IFs às operações em atraso, mais elevada que a taxa original da operação) e determinou que não mais poderiam ser praticadas diferentes taxas de juros entre operações regulares e operações em atraso. Como resultado desses normativos, houve aproximação de taxas entre os dois segmentos e, em abril de 2021, essa diferença atingiu 45 p.p.

Dessa forma, não mais se justificam as submodalidades do cartão de crédito rotativo. Adicionalmente, nenhuma das demais modalidades de crédito apresenta desagregação entre operações adimplentes e inadimplentes. Assim, a partir desta Nota para a Imprensa, as estatísticas do cartão de crédito rotativo voltam a ser publicadas sem as submodalidades.